

John Urry. *What is the future?* Cambridge, Polity, 2016. 226 pp.

Camila Maria dos Santos Moraes
Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro – Unirio.

What is the future? (2016) foi o último¹ livro publicado pelo *distinguished professor* John Urry, sociólogo que escolheu viver e trabalhar em Lancaster, uma pequena cidade do condado de Lancashire, área industrial próxima a Liverpool, Manchester e Blackpool. Esta última foi uma das cidades que o intrigou e inspirou seus escritos sobre turismo, que resultaram em *O olhar do turista*, único livro de Urry traduzido para o português². A estes se seguiram outras publicações sobre turismo e consumo de lugares, a saber: *Economies of signs and space* (1994), *Consuming places* (1995), *Touring cultures* (1997), *Contested Natures* (1998), a segunda edição de *The tourist gaze* (2002), *Tourism mobilities* (2004), *Performing tourist places* (2004) e *The tourist gaze 3.0* (2011).

Seu olhar para o turismo foi fundamental para a percepção e análise da mobilidade como um dos fenômenos mais importantes da sociedade contemporânea, levando o sociólogo a elaborar o chamado “new mobilities paradigma” (paradigma das novas mobilidades, PNM). Para Urry, na virada do milênio, assistimos a uma intensificação de fluxos que envolveram e ainda envolvem boa parte das sociedades do globo. Esse *mobilities turn*, segundo o autor, demanda uma nova forma de se pensar não apenas as sociedades contemporâneas, mas a própria sociologia (Urry, 2000; 2007).

A “virada da mobilidade” também foi uma virada na carreira de John Urry, que, sob a perspectiva do PNM, ampliou suas pesquisas para temas como a centralidade do automobilismo nas sociedades contemporâneas, aquecimento global, questões ambientais e urbanas, tecnologias e *offshore*. Seguiram-se assim as publicações: *Sociology beyond societies* (2000), *Global complexity* (2003), *Automobilities* (2005), *Mobile technologies of the city* (2006), *Mobilities, networks, geographies* (2006), *Mobilities* (2007), *After the car* (2009), *Mobile lives* (2010), *Climate change and society* (2011), *Societies beyond oil* (2013) e *Offshoring* (2014).

No lançamento póstumo do livro *What is the future?* na Lancaster University, em 2016, Silvia Welby, companheira de longa data de Urry e pesquisadora da mesma universidade, disse que “não se pode ler esse livro sem levar em consideração toda a trajetória de John” (tradução minha). De fato, *What is the future?* deve ser tomado como resultado da trajetória altamente produtiva do sociólogo John Urry.

O futuro definitivamente chegou, mas o que é exatamente é um mistério, talvez o maior dos mistérios. Os futuros estão em toda parte. Pensar e antecipar o futuro é essencial para quase todas as organizações e sociedades. Os futuros estão na maioria das agendas contemporâneas e, para muitos, são um melhor guia sobre o que fazer no presente do que o passado. Estados, corporações, univer-

sidades, cidades, ONGs e indivíduos acreditam que não podem perder o futuro (Urry, 2016, p. 1, tradução minha).

Urry abre o livro convocando cientistas sociais para os estudos sobre o futuro. Para isso, apresenta e destrincha os diversos esforços já feitos por “poderosas instituições sociais” e pensadores, grandes empresas e organizações militares para elaborar sobre o futuro em diferentes domínios da atividade humana. Métodos específicos foram desenvolvidos para prever, visualizar e avaliar futuros potenciais, como modelos de planejamento de cenários ou os “futuros imaginados” da literatura, arte, cinema, TV e jogos de computador.

Alguns cientistas sociais desenvolveram e analisaram futuros possíveis, entre eles Henri Lefebvre, Zygmunt Bauman e Erik Olin Wright. Para alguns destes “as utopias são um poderoso espelho para a existência sociedades e demonstram as limitações do presente” (*Idem*, p. 5, tradução minha). No entanto, até então, as ciências sociais demonstraram pouco interesse pela temática e contribuíram relativamente pouco para teorização e análise sobre futuro.

Ainda que, durante a Guerra Fria, a “imaginação utópica” e a promoção de “mundos alternativos” tenham sido duramente criticadas, estudos sobre futuro encontraram um ambiente mais favorável e emergiram em outros campos. Como demonstra Urry, tornaram-se uma disciplina especializada e profissionalizada, gerando as próprias revistas, livros, órgãos globais e organizações profissionais como a Associação Profissional de Futuristas³.

Dentre as áreas que receberam bem os estudos sobre futuro, destaca-se a ambiental. O tema se desenvolveu, em parte, devido à crescente preocupação com a mudança climática que levou ao desenvolvimento de modelos analíticos computadorizados e difundidos nos anos de 1990, especialmente com as simulações das consequências do aumento de CO₂ na camada de ozônio. Essas previsões foram incorporadas a influentes relatórios, como o Painel Inter-

governamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) publicado pela primeira vez em 1990.

É partindo dessa perspectiva que Urry demonstrará, ao longo do livro, como diferentes futuros sociais podem ser “fatais para as sociedades” e, portanto, merecem a atenção dos cientistas sociais. O sociólogo considera que o futuro visto como “vazio e abstraído do contexto” estaria aberto à mercantilização, colonização e controle. O livro contesta, assim, a ideia de futuro como assunto privado: o futuro deve ser compartilhado, público e comum, e não sujeito a “corporativização” ou monetização elaborada de *think tanks* e futuristas corporativos. Para o sociólogo, esse poder das corporações sobre o futuro já vem sendo criticado em distopias da ficção científica e pelo “movimento dos ocupas”, com seu slogan “ocupe o futuro”.

A ideia de pensar futuros parece guardar relação com a ideia de planejamento, mas não é disso que o livro trata. Urry explica que a noção de planejamento está “ideologicamente contaminada pelo capitalismo organizado” (*Idem*, p. 12, tradução minha) e, por isso, se distingue dos futuros sociais que problematizam o futuro para além do mercado e da tecnologia. A proposta é uma reflexão sobre os futuros com a participação de uma série de atores relevantes, incluindo Estado e sociedade civil, para que assim mudanças globais e outros “problemas perversos” deixem de ser desconhecidos e possam ser categorizados em prováveis, possíveis e preferíveis.

O livro é organizado em nove capítulos, divididos em três partes. A primeira parte recupera, a partir de uma perspectiva histórica, diversos pensamentos sobre o futuro; a segunda sugere um arcabouço teórico e metodológico para as ciências sociais pensarem o futuro; e a terceira aplica o arcabouço teórico-metodológico em três estudos de casos.

A parte 1 – “A brief history of the future” – reúne os capítulos 2 e 3. O capítulo 2 (“Past futures”) recupera e analisa como diversas sociedades desenvolveram procedimentos e discursos através

dos quais imaginavam, prediziam, adivinhavam o futuro ou profetizavam sobre ele. Para Urry, como essas ideias de futuro foram acessadas nos diz muito sobre o funcionamento de uma sociedade, especialmente quanto ao modo como as relações de poder são estruturadas. Assim, o capítulo 2, apresenta uma breve história de como o “futuro” foi elaborado, por quem e com que consequências. Partindo da análise de futuros sociais elaborados em diferentes épocas, com destaque para análise da obra *Utopia* (1516) de Thomas Moore, os futuros recuperados por Urry nos oferecem complexas questões para análise social.

O capítulo 3 (“New catastrophic futures”) abarca os futuros distópicos desenvolvidos nos primeiros anos do século XXI, após o ataque às Torres Gêmeas do World Trade Center, em Nova York. Para Urry, esse episódio encerrou uma breve fase de “globalização utópica otimista”, pós-Guerra Fria, baseada na mobilidade crescente de dinheiro, pessoas, ideias, imagens, informações e objetos. O episódio teria revelado assim uma face distópica da globalização, e, por consequência, uma série de análises distópicas se desenvolveram nas ciências sociais sob a perspectiva dos sistemas complexos. Isso prepara o leitor para a parte 2 – “Complex systems and the future” – que reúne três capítulos (4, 5 e 6) com importantes contribuições teóricas e metodológicas para a compreensão e/ou elaboração de estudos sobre futuro.

No capítulo 4 (“Time and complex systems”), Urry justifica a escolha pela teoria da complexidade para refletir sobre os futuros sociais e explica que a abordagem de sistemas complexos mostra como o futuro não pode ser reduzido às ações de atores individuais ou às estruturas sociais persistentes. A complexidade supera as limitações de abordagens estruturais individualistas e sociais enquanto mantém elementos de ambos. Assim, neste capítulo o sociólogo se dedica a apresentar o tempo e as redes como sistemas complexos centrais para pensar futuros. Para Urry, a chave de análise da complexidade são as noções de caminhos, dependências, bloqueios, li-

miares, *feedbacks*, pontos de inflexão e transição. Tal conjunto de conceitos seria fundamental para explorar e antecipar futuros variados, considerando especialmente os sistemas que não são físicos nem sociais, mas sociomateriais, que serão explorados no capítulo 5 (“Innovating futures”). Nesse capítulo, o sociólogo analisa as condições complexas de inovação em novos sistemas sociomateriais e nos argumenta que, na maior parte do tempo, os sistemas funcionam sem que as pessoas percebam, como é o caso do sistema de distribuição energética. A maioria das pessoas não tem conhecimento do funcionamento desses sistemas, dos seus caminhos, inflexões ou transições e só se dá conta de que existe um sistema, que envolve pessoas e coisas, com relações de dependência, quando falta luz, seja por um erro humano, falha técnica e/ou por questões naturais. As inovações ou novos sistemas sociomateriais e seus impactos transformadores são, portanto, centrais para pensar futuro. Mas, ao desenvolver antecipações do futuro, deve-se resistir a uma primeira análise limitada à tecnologia. Há uma série de elementos “humanos” e “não humanos” que se aproximam e se tornam parte de um sistema.

No último capítulo da parte 2, “Methods and making futures”, Urry propõe seis métodos de antecipação de futuros a partir de: aprendizado com o passado pessoal e coletivo; estudos sobre futuros que falharam; distopias; utopias; extrapolações; e, ainda, construção de cenários (*Idem*, pp. 105-121). Assim, com base nos métodos e teorias apresentados, Urry segue para a terceira seção, onde examina cenários de futuro em três estudos de caso considerados incertos, contestados e poderosos.

O primeiro estudo de caso é desenvolvido no capítulo 7 (“Manufacturing future worlds”), em que são abordados os futuros relacionados à indústria e a circulação de objetos que pode ser modificada com a difusão das impressoras 3D. Urry está particularmente interessado no sistema sociomaterial das impressões tridimensionais e desenvolve quatro ce-

nários de futuro que consideram a difusão (ou não) dessas impressoras. O primeiro cenário seria o das “desktop factories in the home”, no qual escâneres e impressoras 3D são objetos comuns nas casas das pessoas e utilizados até mesmo em projetos escolares. O segundo cenário apresenta um futuro em que as impressoras 3D modificariam a ordem de produção mundial, as lojas de varejo teriam seus fornecedores individuais, imprimindo uma variedade de produtos personalizados: “[...] novas visões de negócios seriam baseadas em uma customização em massa, e não mais em uma produção em massa” (*Idem*, p. 118, tradução minha). O terceiro cenário, das *community crafts*, é inspirado em exemplos já existentes de coprodução e colaboração em espaços como bibliotecas, museus, galerias etc. Em torno da impressão 3D, organiza-se uma comunidade sem fins lucrativos, espaços de sociabilidade nos quais se interage enquanto as impressoras trabalham. No quarto e último cenário, o mundo 3D não se desenvolveu como os otimistas tecnológicos previram. A impressão 3D não passaria do estágio dos protótipos, pois não foi vista como potencial para reformulação da indústria global, e Urry explora as possíveis razões para isso.

No capítulo 8 (“Cities on the move”) passamos para o segundo estudo de caso, em que Urry analisa as cidades, a partir do sistema sociomaterial do automobilismo e como este poderia ser substituído por sistemas alternativos de mobilidade pós-carro. Para isso, o sociólogo recupera estudos anteriores sobre a adoção do carro como principal modelo de transporte em algumas partes do globo e elabora quatro cenários: *fast mobility city* (cidade de rápida mobilidade), *digital city* (cidade digital ou virtual), *fortress city* (cidade fortificada) e *liveable cities* (cidades sustentáveis).

Na cidade de rápida mobilidade, inspirada no livro *Mobile lives* (Elliott e Urry, 2010), as pessoas se movimentam de acordo com formas, escalas e intensidade da globalização; são cidades sem limites significativos no movimento de cidadãos e, especialmente,

turistas. Para Urry, algumas das cidades futuristas de rápida mobilidade emergem em sociedades em desenvolvimento, como Xangai, Dubai, Hong Kong, Rio, Seul e Cingapura, onde o status social seria cada vez mais adquirido através da viagem e consumo.

Na cidade digital ou inteligente, o movimento físico de pessoas e objetos seria substituído por “meios de comunicação e experiências digitais”. Afinal, como já haviam observado Elliot e Urry (2010), estabelecer e manter encontros “é dispendioso em termos de dinheiro, tempo, trabalho emocional e recursos de carbono” (Urry, 2016, p. 142, tradução minha). Na cidade digital, esses “encontros físicos” dariam lugar aos encontros digitais, que seriam considerados tão bons quanto os encontros cara a cara (*face to face*).

Nas cidades sustentáveis, ou com alta qualidade de vida, as mudanças nas práticas sociais são mandatórias para gerar menores índices de emissão de carbono. Para isso, a vida social se basearia em inovações e práticas que vêm sendo empreendidas por ambientalistas, cientistas, ONGs e grupos sociais. Na perspectiva de Urry, essas cidades seriam possíveis se condensadas, organizadas em bairros menores e mais autossuficientes. Teriam níveis razoáveis de bem-estar, embora, em termos econômicos, a maioria das pessoas fosse “mais pobre”.

Por fim, na cidade fortificada, os ricos estariam separados dos mais pobres em enclaves fortificados, protegidos e armados, com privatização dos serviços públicos. Fora dos enclaves, viveriam os mais pobres nas chamadas “zonas selvagens”, por onde “ricos e poderosos passariam o mais rápido possível”. Nesse cenário Urry prevê uma ampla securitização, quando não uma militarização das cidades e suas populações, que ele destaca como “semelhantes em alguns aspectos às cidades do período medieval”, muradas para proteção contra os ataques de forasteiros. Nesse futuro “bárbaro”, haveria ainda “escassez de petróleo, gás e água, e as guerras intermitentes minariam a produção de energia, mobilidade, comunicações e infraestruturas” (Froggatt e Lahn, 2010 *apud* Urry,

2016, p. 150, tradução minha). A cidade fortificada seria, assim, desintegrada, com queda nos padrões de vida, espaços deteriorados, “sem ‘frentes’ fixas ou tratados de paz” (Kaldor *et al.*, 2007 *apud* Urry, 2016, p. 151, tradução minha).

No capítulo 9 (“Climates”) chegamos ao último estudo de caso, em que Urry explora os futuros da mudança climática. A questão de como e por que o clima pode mudar é de fato crucial para pensar questões discutidas ao longo do livro e relacionadas a futuros em disputa. Assim, o capítulo segue documentando o aumento das temperaturas e alguns dos processos que parecem gerar esse aumento. Em seguida, Urry considera se é possível reverter esses processos e elabora quatro cenários climáticos futuros.

O primeiro, do *business as usual*, é um cenário de continuidade, sem grandes mudanças. Evitar as mudanças climáticas seria apenas um objetivo subsidiário de políticas públicas a serem implementadas após o crescimento econômico assegurado. O segundo, *de-growth*, emergiria de novas práticas sociais que gerariam novos recursos, hábitos, bens e serviços capazes de reduzir as emissões de carbono em escala global. Para isso, teria que enfrentar o poder do “capitalismo do carbono” (Urry, 2016, p. 178). O terceiro futuro, da *ecological modernization*, centra-se no crescimento econômico através do desenvolvimento e implementação de uma gama de ecotecnologias, especialmente em torno de energias renováveis, novos transportes e novas tecnologias de reciclagem. O quarto e último cenário de futuro, *geo-engineering*, apareceria após uma série de eventos catastróficos em larga escala que ocorreriam por causa das mudanças climáticas. Como consequência de tais eventos, forças governamentais e corporativas se uniriam promovendo e eventualmente implementando um esquema de geoengenharia do futuro. Tal experiência social global poderia ser vista como a única forma de manter a utilização de combustíveis fósseis.

No capítulo final (“The future of futures”), John Urry defende de forma veemente como os futuros

devem ser incorporados analiticamente em múltiplas instituições sociais, práticas e movimentos: pensar futuros nos faz entender que as coisas poderiam ser de outra forma, que os resultados não são necessariamente determinados. Não por acaso, nos seus últimos anos de vida, Urry se dedicou à defesa e criação do Institute for Social Futures, fundado em 2015 na Lancaster University⁴.

What is the future? pode ser lido, portanto, como um manifesto em favor dos estudos do futuro pelas ciências sociais. A diversidade de assuntos e questões nas quais esses estudos podem vir a intervir abrem caminho para novas formas de se compreender o passado, o presente, bem como intervir e refletir sobre o futuro. Em tempos de reformas utópicas para uns e distópicas para outros, esse livro se torna uma importante contribuição para aqueles que quiserem se apropriar do futuro e não mais deixá-lo apenas nas mãos de políticos, planejadores e grandes empresas. “Podemos dizer que o tempo do futuro é agora, e as ciências sociais não devem perdê-lo” (*Idem*, p. 7, tradução minha).

Notas

1. *A new industrial future?* foi lançado em 2017 por Thomas Birtchnell em coautoria com John Urry.
2. Tradução de *The tourist gaze*, originalmente publicado em 1990, que aborda o turismo como objeto sociológico e é um convite às ciências sociais para os estudos do turismo. No Brasil, ainda hoje a obra é considerada a principal referência da sociologia do turismo.
3. Ver <http://foresightinternational.com.au> e <http://www.wfsf.org>.
4. Ver <http://www.lancaster.ac.uk/social-futures>.

Referências Bibliográficas

ELLIOT, Anthony & URRY, John. (2010), *Mobile lives*. Londres, Routledge.

URRY, John. (2000), *Sociology beyond societies*. Londres, Nova York, Routledge.

URRY, John. (2007), *Mobilities*. Cambridge, Polity.

URRY, John. (2016), *What is the future?* Cambridge, Polity.

Texto recebido em 29/12/2017 e aprovado em 11/1/2018.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2018.142099

CAMILA MARIA DOS SANTOS MORAES é professora-adjunta do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

